

MJ-DPRF-DEPART.DE POL.RODOVIARIA FEDERAL/DF

Termo de Referência 51/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
51/2026	200109-MJ-DPRF-DEPART.DE POL.RODOVIARIA FEDERAL/DF	SHEILA DE SENA MENEZES DA SILVA	21/05/2026 15:33 (v 0.5)
Status	ASSINADO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens permanentes	372/2026	08650.009580/2026-03

1. Definição do objeto

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Registro de Preços para a futura e eventual aquisição de equipamentos de proteção individual e coletiva para utilização nas Terras Indígenas na Região Amazônica em conjunto com o IBAMA, e demais demandas no Brasil, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

Item	Especificação	Catmat	Natureza Da Despesa	Unidade	Quantidade	Valor Estimado Unitário	Valor Estimado Total
1	Manta balística	484191	33.90.30.28	Un	6	R\$ 21.593,33	R\$ 129.559,98
VALOR ESTIMADO TOTAL							R\$ 129.559,98

1.1.1. Estimativas de consumo individualizadas, do órgão gerenciador e órgão(s) e entidade(s) participante(s).

Órgão Gerenciador: UASG 200109 - MJ-DPRF-DEPART.DE POL.RODOVIARIA FEDERAL/DF. Endereço: SPO SN lote 5 Complexo Sede da PRF – Brasília/DF – CEP: 70610909				
Item	Especificação	Unidade	Quantidade total	Pedido Mínimo
1	Manta balística	Unidade	6	2

- 1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.
- 1.3. O objeto não se enquadra como bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818/2021 e Instrução Normativa SEGES/MGI nº 4, de 2 de fevereiro de 2023.
- 1.4. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

- 1.5. Em caso de divergência em relação à descrição no código CATMAT, prevalecerá o contido no Anexo IA - Especificação Técnica.
- 1.6. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.
- 1.7. Havendo divergências entre o Estudo Técnico Preliminar e este Termo de Referência (TR), prevalecerá o que está no TR.
- 1.8. De acordo com o art. 10 da Instrução Normativa Seges/Me nº 81, de 25 de novembro de 2022, não há requisitos técnicos que indiquem a necessidade de classificar este Termo de Referência como documento classificado (sigiloso), nos termos da Lei de acesso à informação (Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011).

2. Fundamentação da contratação

- 2.1. A fundamentação da contratação e de seus quantitativos encontra-se detalhada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.
- 2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual de 2024, conforme detalhamento a seguir:
- I) ID PCA no PNCP: 00394494010441-0-000001/2026
 - II) Data de publicação no PNCP: 21/01/2025
 - III) Id do item no PCA: 447
 - IV) Classe/Grupo: 4240 - EQUIPAMENTO PARA SEGURANÇA E SALVAMENTO
 - V) Identificador da Futura Contratação: 200109-372/2026
- 2.3. O registro de preços para a possível aquisição está alinhado ao Planejamento Estratégico 2023-2028, instituído pela Portaria DG/PRF Nº 245, DE 30 DE junho DE 2023 (49401498), em especial, no que se refere aos seguintes objetivos estratégicos:
- 2.3.1. OE-11: potencializar ações de enfrentamento à criminalidade.
 - 2.3.2. OE-12: intensificar o enfrentamento a crimes ambientais.

3. Descrição da solução

- 3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência, bem como no Anexo referente as Especificações Técnicas.

4. Requisitos da contratação

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade:

- 4.1. Além dos critérios de sustentabilidade inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, baseados no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, elaborado pela Câmara Nacional de Sustentabilidade (CNS/DECOR/CGU/AGU), (Out/2024):
- 4.1.1. Para promover o desenvolvimento nacional sustentável e mitigar eventuais imprevistos, os fornecedores deverão observar normas e orientações relacionadas à adoção de critérios e procedimentos ambientais, como:
- 4.1.1.1. Os bens devem ser constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico e biodegradável, conforme as normas ABNT NBR 15448-1 e 15448-2;
 - 4.1.1.2. Os bens devem atender aos requisitos ambientais necessários para obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (INMETRO), como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação a similares;

- 4.1.1.3. Os bens devem ser acondicionados, preferencialmente, em embalagens individuais adequadas, com o menor volume possível e que utilizem materiais recicláveis, garantindo proteção máxima durante o transporte e armazenamento;
- 4.1.1.4. Os bens não devem conter substâncias perigosas em concentrações acima das recomendadas pela diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs) e éteres difenil-polibromados (PBDEs).
- 4.2 . Na gestão e gerenciamento de resíduos sólidos, deve-se observar a seguinte ordem de prioridade: não geração, redução, reutilização, reciclagem, tratamento e disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos.
- 4.3. São proibidas as seguintes formas de destinação ou disposição final de resíduos sólidos ou rejeitos:
- a) Lançamento em praias, no mar ou em quaisquer corpos hídricos;
 - b) Lançamento in natura a céu aberto, excetuados os resíduos de mineração;
 - c) Queima a céu aberto ou em recipientes, instalações e equipamentos não licenciados para essa finalidade;
 - d) Outras formas vedadas pelo poder público.
- 4.4. A contratada deverá providenciar o adequado recolhimento das pilhas e baterias originárias da contratação, para fins de repasse ao respectivo fabricante ou importador, responsável pela destinação ambientalmente adequada, nos termos da Instrução Normativa IBAMA nº 08, de 03/09/2012, conforme artigo 33, inciso II, da Lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, artigos 4º e 6º da Resolução CONAMA nº 401, de 04 /11/2008, e legislação correlata.”
- 4.5. Só será admitida a oferta de pilhas e baterias cuja composição respeite os limites máximos de chumbo, cádmio e mercúrio admitidos na Resolução CONAMA nº 401, de 04/11/2008, para cada tipo de produto, conforme laudo físico-químico de composição elaborado por laboratório acreditado pelo INMETRO, nos termos da Instrução Normativa IBAMA nº 08, de 03/09/2012.
- 4.6. Serão aceitos apenas materiais que estejam de acordo com as especificações apresentadas neste Termo de Referência
- 4.6.1. A solicitação possui embasamento legal no art. 41, inciso I, "a" da lei 14.133/2021:
- Art. 41. No caso de licitação que envolva o fornecimento de bens, a Administração poderá excepcionalmente:*
- I - indicar uma ou mais marcas ou modelos, desde que formalmente justificado, nas seguintes hipóteses:*
- d) quando a descrição do objeto a ser licitado puder ser mais bem compreendida pela identificação de determinada marca ou determinado modelo aptos a servir apenas como referência.*
- 4.7. Para os itens cuja atividade de fabricação ou industrialização seja enquadrada no Anexo I, da Instrução Normativa IBAMA nº 13, de 23 de agosto de 2021, apenas será admitida a contratação de produto cujo fabricante esteja devidamente registrado no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, nos termos estabelecidos pelo artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981, mediante a apresentação do Comprovante de Registro do fabricante no CTF, acompanhado do respectivo Certificado de Regularidade vigente, ou documentação que evidencie a inaplicabilidade da legislação ao produto fornecido ou à condição empresarial da licitante.
- 4.7.1. O Pregoeiro solicitará ao licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar que apresente ou envie, juntamente com a proposta, sob pena de não-aceitação, o Comprovante de Registro do fabricante do produto no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, acompanhado do respectivo Certificado de Regularidade válido, nos termos do artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981, da Instrução Normativa IBAMA nº 13/2021 e normas supervenientes
- 4.7.2. A exibição do Certificado de Regularidade poderá ser dispensada, caso a CONTRATANTE obtenha êxito ao acessá-lo por meio de consulta online ao portal oficial do IBAMA, anexando-o posteriormente ao processo de contratação.
- 4.7.3. No caso dos concorrentes que optarem pela importação do produto ou se tratarem de concorrentes de origem estrangeira, a exigência será equiparada, desde que no país de origem do produto exista certificação equivalente àquela requerida para os licitantes nacionais. Nesse âmbito, deverão ser apresentados o certificado correspondente ou uma declaração que ateste a inexistência de tal documentação.

Da exigência de carta de solidariedade

4.8. Em caso de fornecedor revendedor ou distribuidor, será exigida carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato, conforme abaixo:

Item	Descrição	Carta de solidariedade
1	Manta balística	SIM

4.8.1. Fundamentos importantes norteiam a exigência de carta de solidariedade em um processo licitatório. Trata-se de um documento assinado pelo fabricante em nome do licitante que indica a responsabilidade mútua pelos bens a serem fornecidos.

4.8.2. A carta solidária garante que o licitante seja apoiado pelo fabricante, garantindo assim que o produto ou serviço será entregue conforme contrato. Isso evita possíveis litígios e garante maior eficiência no fornecimento. A necessidade de uma carta de solidariedade alinha-se com o princípio da supremacia do interesse público pois visa fazer cumprir obrigações e garantir a qualidade dos produtos ou serviços entregues.

4.8.3. Assim, a carta de solidariedade serve como ferramenta essencial para salvaguardar os interesses públicos e aumentar a eficiência nas licitações.

4.8.4. Justifica-se a solicitação de carta de solidariedade para os itens com maior complexidade, conforme tabela acima, sendo necessário que o fabricante tenha ciência sobre o processo de aquisição/venda, e de futuras garantias dos produtos, e considerando a natureza estratégica, a complexidade tecnológica e/ou os riscos inerentes à segurança associados aos itens indicados na tabela supra, justifica-se a solicitação de carta de solidariedade com vistas a assegurar não apenas a capacidade técnica do licitante para o fornecimento, mas, fundamentalmente, garantir à Administração Pública:

- a) A autenticidade e a procedência dos bens, atestando que o licitante é um fornecedor reconhecido ou autorizado pelo fabricante;
- b) O acesso ininterrupto à garantia técnica obrigatória, assegurando que o fabricante tem ciência da transação e se compromete a honrar os termos da garantia ofertada, diretamente ou por meio de representante credenciado, mitigando riscos decorrentes da eventual incapacidade ou desaparecimento do licitante intermediário, especialmente crítico em aquisições internacionais;
- c) A disponibilidade de suporte técnico especializado, incluindo manutenção (preventiva e corretiva), fornecimento de peças de reposição genuínas e atualizações (de software/firmware, quando aplicável) essenciais para a operacionalidade, segurança e longevidade dos equipamentos durante sua vida útil contratual e de garantia;
- d) A mitigação de riscos operacionais e de segurança para a Administração e seus agentes, assegurando que os equipamentos atendem integralmente às especificações técnicas, normas de segurança compulsórias e requisitos de desempenho definidos neste Termo de Referência.

4.8.5. Esta exigência não constitui restrição indevida à competitividade, mas sim uma medida de prudência administrativa e gestão de riscos, indispensável para garantir a plena execução do objeto contratual nos padrões de qualidade, segurança e desempenho requeridos, protegendo o interesse público e o investimento realizado. A ausência de tal comprovação fragilizaria a capacidade da Administração em assegurar o suporte e a garantia necessários para bens desta natureza, especialmente no contexto de fornecedores internacionais.

4.8.4.1. Item 1:

a) Da Natureza do Objeto e Riscos Envolvidos: A aquisição de mantas balísticas não se trata de uma compra de prateleira comum, mas de um Equipamento de Proteção Individual (EPI) ou Coletiva (EPC) de segurança vital. A falha do produto implica em risco iminente à vida dos operadores e falha irreparável na missão institucional. Portanto, a administração deve buscar garantias que transcendam a figura do mero revendedor.

b) Da Garantia de Procedência e Qualidade: A exigência da Carta de Solidariedade, emitida pelo fabricante em favor da licitante, visa assegurar que:

- Originalidade: O produto ofertado é genuíno e possui suporte direto da fábrica.
- Rastreabilidade: O fabricante reconhece a licitante como canal autorizado, garantindo que os lotes de materiais seguem os padrões de certificação exigidos.

c) Da Responsabilidade Civil e Pós-Venda: Mantas balísticas possuem prazo de validade e exigem condições rigorosas de armazenamento e manutenção. A solidariedade técnica e comercial garante que:

- Caso a empresa vencedora encerre suas atividades ou entre em falência, o fabricante assume a responsabilidade pelas garantias contratuais e eventuais substituições de lotes defeituosos.
- O suporte técnico especializado será mantido durante todo o período de garantia do produto, independentemente da saúde financeira do intermediário.

4.8.6. A carta de solidariedade deverá conter, no mínimo:

- a) Identificação completa do fabricante e do licitante.
- b) Declaração de que o licitante está autorizado a fornecer os equipamentos específicos listados na licitação.
- c) Compromisso do fabricante em fornecer garantia técnica para os produtos que vierem a ser fornecidos pelo licitante, nos termos exigidos no edital /contrato.

d) Compromisso do fabricante em prover (diretamente ou através do licitante/representante local credenciado) suporte técnico, peças de reposição e atualizações necessárias durante o período de garantia (e, se aplicável, contratual).

e) Indicação (se possível) de um representante técnico ou canal de contato no Brasil para questões de garantia/suporte (especialmente relevante na licitação internacional).

Subcontratação

4.9. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.10. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

Do Programa de Integridade - MJSP

4.11. Nos termos da Portaria MJSP Nº 513 DE 15 DE SETEMBRO DE 2020 (63644501), que dispõe sobre a implantação de Programa de Integridade em empresas contratadas pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública, no caso de contratações cujos valores sejam iguais ou superiores a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), dispõe-se que:

4.11.1. das obrigações dos órgãos do Ministério da Justiça e Segurança Pública e seus agentes públicos:

- a) não praticar atos para ingerência na administração da empresa contratada, especialmente quanto a direcionamento de escolha de possíveis trabalhadores;
- b) para contratos de prestação de serviços com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, não praticar atos tendentes a gerar vínculo empregatício entre os empregados da empresa contratada e o Ministério, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta, atentando-se às vedações explícitas no art. 5º da Instrução Normativa SEGES/MPOG nº 5, de 26 de maio de 2017; e
- c) notificar a empresa contratada, por escrito, sobre desvios de conduta, irregularidades, fraudes ou atos ilícitos, praticados na execução do contrato.

4.11.2. das obrigações da empresa contratada:

- a) estabelecer normas gerais de integridade:
 - a.1) em até 6 (seis) meses para contratos de até 12 (doze) meses; e
 - a.2) em até 9 (nove) meses para contratos de mais de 12 (doze) meses;
- b) orientar seus empregados alocados para a execução do contrato sobre as normas de integridade e a indispensabilidade de seu cumprimento;
- c) adotar práticas de governança e gestão capazes de identificar e mitigar desvios de conduta, irregularidades, fraudes e atos ilícitos, de acordo com as normas de integridade previstas na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, e no Decreto nº 8.420, de 18 de março de 2015;
- d) relatar ao órgão contratante, por escrito, qualquer descumprimento das normas de integridade praticado por agentes públicos com os quais mantenha contato em decorrência da execução do contrato;
- e) substituir com presteza qualquer profissional que tenha cometido desvios de conduta, irregularidades, fraudes e atos ilícitos, conforme observado e notificado pelo agente público competente;
- f) apresentar, no momento da celebração do contrato, Declaração de Inexistência de Vínculo Familiar, nos termos do art. 7º do Decreto nº 7.203, de 4 de junho de 2010, em que é assumido o compromisso de não utilizar, na execução do contrato, mão de obra que seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau, de agente público que exerce cargo em comissão ou função de confiança no âmbito do Ministério da Justiça e Segurança Pública;
- g) apresentar à equipe de fiscalização do contrato, juntamente com o rol de documentos obrigatórios do empregado alocado para a execução do contrato, Termo de Ciência e Concordância, devidamente assinado pelo empregado, conforme modelo constante no anexo a esta Portaria; e
- h) encaminhar à equipe de fiscalização do contrato, observados os prazos estabelecidos na alínea “a”, documentação que evidencie, em alinhamento com os parâmetros do Capítulo IV do Decreto nº 8.420, de 2015, a realização das seguintes ações e atividades:
 - h.1) promoção e participação em reuniões, apresentações, palestras e quaisquer outros eventos de natureza semelhante que evidenciam o comprometimento da alta direção da empresa em temas relacionados à integridade;
 - h.2) mapeamento dos riscos de integridade e estabelecimento de ações mitigadoras, revisadas periodicamente;

- h.3) canal de denúncia, aberto e amplamente divulgado, com garantia do devido sigilo ao denunciante;
- h.4) código de ética ou de conduta aplicável a todos os dirigentes, administradores e empregados, independente de cargo, emprego, posto ou função exercidos;
- h.5) treinamentos periódicos sobre o Programa de Integridade, que envolvam as vedações incidentes na relação público-privada;
- h.6) promoção de campanhas para divulgar os princípios e valores que regem a empresa contratada e o serviço público, bem como outros temas sobre integridade e combate a desvios de conduta, fraudes, irregularidades e atos ilícitos;
- h.7) adoção de medidas disciplinares, em caso de violação do Programa de Integridade, e de procedimentos e determinações que assegurem a pronta interrupção da tentativa ou da prática de desvios de conduta, fraudes, irregularidades e atos ilícitos;
- h.8) monitoramento contínuo do Programa de Integridade, com objetivo de aperfeiçoar os mecanismos de prevenção de atos lesivos, bem como sua detecção e combate; e
- h.9) encaminhamento semestral de relatório da execução do Programa de Integridade à equipe de fiscalização do contrato; e
- i) cumprir e exigir que os empregados alocados para a execução do contrato nas repartições administrativas cumpram, no que couber, as regras estabelecidas pelos órgãos do Ministério da Justiça e Segurança Pública.

5. Modelo de execução do objeto

Condições de Entrega

5.1. O prazo de entrega dos bens será de 180 (cento e oitenta) dias para todos os itens, contados a partir da assinatura do contrato, ou da autorização do Exército Brasileiro, quando exigível, o que ocorrer por último, em remessa única.

5.1.1. Caso seja necessária autorização no país de origem para o envio ou produção dos equipamentos, o licitante terá o prazo de 45 (quarenta e cinco) dias úteis para apresentar o protocolo de entrada do pedido de autorização de exportação dos equipamentos no país de origem, a ser contado a partir da assinatura do contrato.

5.2. Caso não seja possível realizar a entrega na data estipulada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com, no mínimo, 20 (vinte) dias de antecedência para que eventual pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito ou força maior.

5.3. Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço:

5.3.1. Órgão Gerenciador: UASG 200109 – DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL. ENDEREÇO: Comando de Operações Especializadas - COE. Sede da Polícia Rodoviária Federal. SGON, Quadra 05, Lt.15/18, Comando de Operações Especializadas COE – Brasília/DF – CEP 70610-650.

5.4. O INCOTERM a ser adotado será o DPU (Delivered at Place Unloaded).

5.4.1. O objeto deverá ser entregue nos endereços indicados, sob total responsabilidade do vendedor, em dias úteis, no horário compreendido entre 9h e 17h.

5.4.2. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, e comerciais, inclusive aqueles decorrentes de todos os atos necessários para o desembaraço aduaneiro, compreendendo as taxas, tarifas e impostos referentes a: licença de importação, de desembaraço aduaneiro, de descarregamento do veículo transportador, de armazenagem alfandegária, capatazia, de despesas aeroportuárias, fretes e outras que se fizerem necessárias, custos com o manuseio de carga, inclusive, porventura, com serviços de terceiros ou mão-de obra, devidos no país de origem ou no Brasil, conforme o caso, e outros custos que venham a incidir direta ou indiretamente no objeto licitado, inclusive indicando a adequada classificação na Nomenclatura Comum do Mercosul/Tarifa Externa Comum(NCM)/TEC, com o respectivo destaque."

5.4.3. A contratada deverá enviar à Contratante, via e-mail a ser fornecido oportunamente, com 03 (três) dias úteis de antecedência do embarque do produto, cópia dos documentos de embarque (por exemplo: AWB, Commercial Invoice e Packing List), com todos os detalhes, tais como: descrição e quantidade da mercadoria, data e hora de chegada, número do Conhecimento de Carga (por exemplo: AWB), número de volumes, peso bruto e líquido, valor do frete internacional e valor do frete nacional

5.5. O prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal, é de, no mínimo, 12 (doze) meses, ou pelo prazo fornecido pelo fabricante, se superior, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

5.6. A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.

5.7. A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pelo próprio Contratado, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.

5.8. Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.

5.9. As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.

5.10. Uma vez notificado, o Contratado realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 120 (cento e vinte) dias, contados a partir da data de retirada do equipamento das dependências da Administração pelo Contratado ou pela assistência técnica autorizada.

5.10.1. No caso do equipamento necessitar de emissão de Certificado de Importação e autorização da DFPC, o prazo passará à contar a partir emissão dos documentos necessários para importação dos mesmos.

5.10.2. Todos os custos referente ao atendimento das normas exigidas serão arcados pelo fornecedor.

5.11. O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pelo Contratante.

5.12. Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pelo Contratado, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir do Contratado o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.

5.13. O custo referente ao transporte, orçamento, manejo, dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade do Contratado.

5.14. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

5.15. O material objeto deste contrato virá acompanhado com os seguintes documentos por ocasião do embarque e/ou entrega:

5.15.1. Fatura Proforma ou Proforma Invoice;

5.15.2. Fatura Comercial e/ou “Commercial Invoice” original.

5.15.3. Via “original 2” (digitalização colorida) do Conhecimento de Carga;

5.15.4. Lista de Embalagem ou “Packing List”.

5.15.5. Deverá constar no Conhecimento de Carga, Comercial Invoice e Packing List o destinatário e o endereço indicados no item 5.3 deste Termo de Referência

6. Modelo de gestão do contrato

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros

Fiscalização

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput](#)).

Fiscalização Técnica

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI](#));

6.7.1. O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º](#), e [Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II](#));

6.7.2. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III](#));

6.7.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV](#)).

6.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V](#)).

6.7.5. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII](#)).

Fiscalização Administrativa

6.8. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário ([Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022](#)).

6.8.1. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV](#)).

Gestor do Contrato

6.9. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV](#)).

6.10. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II](#)).

6.11. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III](#)).

6.12. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII](#)).

6.13. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X](#)).

6.14. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI](#)).

6.15. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. Critérios de medição e pagamento

Recebimento

7.1. Para todos os itens, o Recebimento Provisório será feito da seguinte forma:

7.1.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.1.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 90 (noventa) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.1.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 6 (seis) dias, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.1.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 3 (três) dias.

7.1.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.1.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que concerne à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.1.7. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.1.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

7.2. O objeto será recebido por COMISSÃO ESPECÍFICA, designada pelo Coordenador-Geral de Administração do Departamento de Polícia Rodoviária Federal, na qual deverá haver, no mínimo, dois integrantes que sejam do Grupo de Resposta Rápida com notórios conhecimentos nos equipamentos especificados no respectivo contrato, com objetivo de verificar sua conformidade com as especificações constantes neste Edital e seus anexos; e serão recebidos Provisória e Definitivamente.

7.3. A licitante vencedora obriga-se a entregar o material, a que se refere este termo de referência, estritamente de acordo com as especificações descritas, sendo de sua inteira responsabilidade a reposição do objeto, no todo ou em parte, em que for constatado, pela administração, não estar em conformidade com as referidas especificações.

Liquidação

7.4. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.4.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.5. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

7.5.1. o prazo de validade;

7.5.2. a data da emissão;

7.5.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

7.5.4. o período respectivo de execução do contrato;

7.5.5. o valor a pagar; e

7.5.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.6. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

7.7. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.8. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

7.9. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.10. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.11. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.12. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.13. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.14. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

Forma de pagamento

7.15. Para empresas brasileiras, o pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.15.1. O pagamento realizado a licitante brasileiro, que tenha ofertado proposta em moeda estrangeira, será efetuado em Reais (R\$), mediante conversão pela taxa de câmbio de compra vigente para moeda estrangeira (PTAX), segundo o valor disponibilizado pelo Sistema de Informações do Banco Central do Brasil - SISBACEN, Boletim de Fechamento referente ao dia útil imediatamente anterior à data do efetivo pagamento (<https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/historicocotacoes>).

7.15.2. Para tal, far-se-á necessária a apresentação de uma Nota Fiscal Complementar, contemplando a diferença decorrente da variação cambial a maior.

7.15.3. Na hipótese de o câmbio estar a menor, será realizada a glosa do valor.

7.16. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como enviada a autorização para o banco garantidor efetivar o pagamento ao beneficiário, de parte ou da integralidade da carta de crédito.

7.17. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.17.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.18. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

7.19. Para empresa estrangeira o pagamento será realizado de acordo com as diretrizes da Política Monetária e do Comércio Exterior, considerando-se especialmente o atendimento ao disposto pelo caput e §3º do art. 52 da Lei nº 14.133, de 2022, a Lei nº 4.320, de 1964 e a Lei nº 10.192, de 2001, e a contratada poderá selecionar uma das modalidades (Carta de Crédito ou Remessa sem Saque) citadas abaixo, que constam no site do Sistema Integrado de Comércio Exterior (SISCOMEX) -<https://www.gov.br/siscomex/pt-br/servicos/aprendendo-a-exportar/negociando-com-o-importador-1/modalidades-de-pagamento>:

7.19.1. Poderá ser efetuado por meio de **Carta de Crédito Internacional**, emitida pelo Banco do Brasil S/A e garantida por banco de primeira linha indicado pelo licitante, nos termos da legislação em vigor, cuja validade corresponderá, no mínimo, ao prazo de entrega do objeto licitado e sua liberação para pagamento ocorrerá mediante comunicação a ser feita ao emissor, após a emissão do Termo de Recebimento Definitivo pela PRF, sendo que:

7.19.1.1. Terá a Contratante como tomador (applicant).

7.19.1.2. Terá a Contratada como beneficiária (beneficiary).

7.19.1.3. O banco notificador (advising bank) no exterior será estabelecido pelo Banco do Brasil S/A, em conformidade com o país-sede da contratada.

7.19.1.4. O banco negociador (negotiation bank) responsável pelo pagamento no exterior será estabelecido pelo Banco do Brasil S/A, em conformidade com o país-sede da contratada.

7.19.1.5. O exame da documentação exigida e entregue pela CONTRATADA ao banco, obedecerá os prazos estipulados pela instituição bancária.

7.19.1.6. O crédito documentário será efetuado na modalidade confirmado, irrevogável e intransferível.

7.19.1.7. A Carta de Crédito será aberta em valor correspondente em dólares dos Estados Unidos ou Euros, considerado a proposta de preços ofertada e precificada na Pró-Forma (Proform Invoice),

7.19.1.8. As faturas Pró-Forma (Proform Invoice) deverão ser encaminhadas para o Departamento de Polícia Rodoviária Federal, no endereço da Sede do Departamento de Polícia Rodoviária Federal situada no SPO, Quadra 3, Lote 5, Complexo Sede da Polícia Rodoviária Federal - PRF, Asa Sul – Brasília- DF, CEP 70.610-200, com cópia ao e-mail indicado pela Comissão de Recebimento, para fins de pedido de abertura de crédito documentário.

7.19.1.9. Todas as operações financeiras serão efetivadas por meio do Banco do Brasil S/A, sob ordem da CONTRATANTE, e as despesas referentes à abertura da carta de crédito será por conta da CONTRATADA.

7.19.1.10. Na hipótese de atraso do pagamento atribuível EXCLUSIVAMENTE à CONTRATADA, as despesas referentes à renovação ou prorrogação do crédito documentário junto ao Banco do Brasil S/A, inclusive as referentes ao incremento da taxa cambial, no período de adimplimento, serão de responsabilidade da CONTRATADA, sem prejuízo das respectivas sanções contratuais.

7.19.1.11. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como enviada a autorização para o banco garantidor efetivar o pagamento ao beneficiário, de parte ou da integralidade da carta de crédito.

7.19.1.2. Poderá ser utilizada a modalidade **Remessa sem Saque**, sendo o pagamento postecipado.

7.19.1.2.1. O pagamento de cada parcela, será efetuado no prazo indicado neste Termo de Referência, após feita a entrega do objeto e mediante a apresentação dos documentos que comprovem o respectivo fornecimento (AWB, Invoice, Packing-list), além de outros, se exigidos pela instituição bancária.

7.19.1.2.2. Para cada parcela liquidada, será pago, pela CONTRATANTE, à Instituição Financeira que realizará a operação de contratação cambial sobre o valor da operação a se realizar.

7.19.1.2.3. Qualquer tipo de tarifa bancária ou comissão a ser cobrada, será deduzida do pagamento a ser realizado à CONTRATADA, a qual poderá negociar as taxas junto à instituição bancária.

7.19.1.2.4. Caso a Nota fiscal sejam emitida em Reais (R\$) e houver variação cambial, será necessária a emissão de uma Nota Fiscal Complementar contemplando a diferença decorrente da variação cambial a maior e, na hipótese de o câmbio estar a menor, será realizada a glosa do valor.

7.19.1.2.5. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como enviada a autorização para o banco garantidor efetivar o pagamento ao beneficiário, de parte ou da integralidade da carta de crédito.

7.19.1.2.6. A proposta em moeda estrangeira terá seu pagamento efetuado em moeda brasileira, à taxa de câmbio vigente, PTAX, fornecida pelo Banco Central do Brasil (www.bcb.gov.br), utilizada no momento da contratação de câmbio junto à instituição financeira para fins de emissão da ordem bancária.

7.19.1.2.7. A Contratada deverá enviar todas as informações solicitadas pela Contratante no prazo máximo de 2 dias úteis.

7.20. Quanto ao desembaraço alfandegário, a CONTRATADA deverá obedecer as regras e etapas gerais estabelecidas pela legislação brasileira, e deverá providenciar, atender e custear:

7.20.1. **Documentação Necessária:** Para o desembaraço alfandegário, é necessário que a possível contratada estrangeira ou o importador apresente a documentação adequada, que geralmente inclui:

- a) Declaração de Importação (DI).
- b) Fatura comercial ou invoice.
- c) Conhecimento de carga (Bill of Lading ou Airway Bill).
- d) Packing list (lista de embalagem).
- e) Certificados de origem ou qualidade, quando exigidos.
- f) Licenças de importação, se aplicável.
- g) Outros documentos específicos conforme a natureza da mercadoria ou exigências regulamentares.

7.20.2. Declaração de Importação: Informar a CONTRATANTE, se couber, em que momento esta deverá preencher a Declaração de Importação (DI) e onde deverá apresentá-la à autoridade alfandegária para iniciar o processo de desembaraço alfandegário.

7.20.3. Análise da Carga: Atender ao exigido pela autoridade alfandegária na etapa de verificação da conformidade com as leis e regulamentações vigentes, incluindo verificações fiscais, sanitárias, fitossanitárias, entre outras.

7.20.4. Pagamento de Impostos e Taxas: Pagar todos os impostos e taxas incidentes sobre a importação, conforme a legislação brasileira, e, caso haja necessidade de alguma declaração da CONTRATANTE, solicitá-la em tempo hábil.

7.20.5. Inspeção Física: Atender a pedidos da autoridade alfandegária em casos que houver a determinação de inspeção física das mercadorias para verificar sua conformidade com os documentos apresentados.

7.20.6. Liberação das Mercadorias: Tomar providências necessárias para liberação, com celeridade, das mercadorias após a entrada no país.

7.20.7. Prazo para Desembaraço: Respeitar os prazos para o desembaraço alfandegário pode variar conforme a complexidade da carga, a documentação apresentada e a eventual necessidade de inspeções adicionais.

7.20.8. Responsabilidades: A CONTRATADA é responsável por garantir que as mercadorias atendam a todas as exigências legais e regulamentares, tanto durante o processo de importação quanto após a liberação das mercadorias.

7.20.10. Consultoria Especializada: A CONTRATADA, devido à complexidade das regras de importação, poderá contratar despachantes aduaneiros ou consultores especializados em comércio exterior para assegurar o cumprimento das exigências alfandegárias.

7.20.11. Frete e içamento: A CONTRATADA deverá se atentar para os custos de frete rodoviário e custos para carga e descarga de mercadorias, incluindo içamentos, quando necessários, até a entrega nos endereços descritos pela Contratante.

7.21. Não haverá atesto e consequente pagamento no caso de apresentação de equipamento divergente do objeto especificado.

Cessão de crédito

7.22. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020, conforme as regras deste presente tópico.

7.22.1. As cessões de crédito não abrangidas pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020 dependerão de prévia aprovação do contratante.

7.23. A eficácia da cessão de crédito, de qualquer natureza, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.24. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, tudo nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

7.25. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração. (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 53, DE 8 DE JULHO DE 2020 e Anexos)

7.26. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

8. Critérios de seleção do fornecedor

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

Forma de fornecimento

8.2. As compras serão parceladas (Sistema Registro de Preços), porém o fornecimento do objeto será integral.

Exigências de habilitação

8.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

8.4. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.5. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.6. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.7. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.8. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

8.8.1. Comprovação de regular existência legal, mediante documento hábil do país de origem do licitante, correlato a ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores e de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

8.8.2. Documento firmado pela empresa licitante, constituindo seu representante legal no Brasil, pessoa física ou jurídica, com poderes expressos para receber citação e responder administrativa e judicialmente pela representada nos atos decorrentes da presente licitação, inclusive firmar documentos inerentes.

8.9. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.10. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

8.11. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.12. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.13. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.14. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.15. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.16. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes *Estadual/Distrital* relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.17. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.18. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos *Estadual/Distrital* relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.19. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

8.20. Licitante estrangeiro:

8.20.1. razão Social e Prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Jurídicas no país de origem, ou equivalentes.

8.20.2. documento(s) fornecido(s) por órgão(s) público(s) responsável(eis) pela arrecadação de tributos de todas as esferas de governo (federal, estadual e municipal, ou equivalentes), da contribuição previdenciária e do recolhimento para fundo assemelhado ao da garantia por tempo de serviço, e pelo emissão de certidão negativa de débito em processo de execução trabalhista definitiva, observada sua respectiva data de vigência, na medida em que exigidos tais recolhimentos no país em que tenha sido constituída a empresa estrangeira, atestando que esta encontra-se regular, no que se refere a tais encargos.

Qualificação Econômico-Financeira

8.21. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

8.22. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

8.22.1. Certidão expedida por órgão oficial do respectivo país, observada sua respectiva data de vigência, ou, não havendo vigência expressa, atestando que a empresa estrangeira não se encontra em processo de falência, concordata, recuperação judicial ou outro instituto assemelhado que possa de qualquer forma comprometer o fiel cumprimento das obrigações decorrentes da contratação.

8.23. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando;

8.23.1. índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

8.23.2. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

8.23.3. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

8.23.4. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

8.24. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo de 2% (dois por cento) do valor total do item pertinente.

8.25. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

8.26. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

Qualificação Técnica

8.27. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado;

8.27.1. Para fins da comprovação, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

8.27.1.1. Serão considerados ACTs que correspondam ao fornecimento de equipamentos táticos como: placas balísticas, capacetes balísticos, uniformes táticos, botas táticas, coldres, coletes táticos, armamentos, mantas balísticas.. Desta forma, equipamentos destinados para o uso por forças de segurança públicas e/ou forças armadas;

8.27.2. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante, desde que o total de equipamentos fornecidos seja superior à 20% da quantidade total solicitada por item deste Termo de Referência. Quando a porcentagem do quantitativo der fração, considerar o próximo valor superior inteiro.

8.27.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

8.27.4. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

8.27.5. No caso de empresas estrangeiras, na licitação o ACT de idioma estrangeiro poderá apresentar tradução livre para o português.

8.27.6. Excepcionalmente aceitar-se-ão documentos exclusivamente de caráter técnico, tais como manuais ou especificações de equipamentos e funcionalidades, no idioma português (brasileiro) sem que haja necessidade consularização/apostilação ou tradução juramentada.

8.28. Comprovante ou declaração de que o equipamento já foi testado, aprovado e que possui autorização para sua comercialização, na forma da legislação interna do país de origem, tanto para empresa brasileira quanto para empresas estrangeiras com subsidiária, ou filial, ou agência, ou escritório, ou estabelecimento, ou agente, ou representante no Brasil.

8.29. Declaração expressa de que se submete à legislação brasileira em vigor, ao presente Termo de Referência e que renuncia a qualquer reclamação por via diplomática, conforme Anexo I F - Modelo de Declaração Licitante Estrangeiro, no caso de sociedade ou empresa estrangeira que não funcione no Brasil, sendo admitida apresentação desta declaração emitida pelo representante legal no Brasil.

8.30. A licitante estrangeira deverá apresentar carta de representação emitida pela fabricante do equipamento ofertado e/ou distribuidor autorizado a vender no território nacional nos casos os quais solicitados a carta de solidariedade.

8.31. Os equipamentos ofertados que, por suas características são de fabricação destinada para o uso Militar ou Força de Segurança Pública, deverão apresentar:

a) No que couber, o licitante deverá apresentar o Cód. National Stock Number (NSN) dos itens ofertados;

b) O licitante deverá informar o partner number do item ofertado, fornecido pela fabricante do equipamento;

8.32. O licitante, classificado provisoriamente em primeiro lugar, quando convocado, deverá apresentar declaração de que cumpre as normas da Instrução Normativa IBAMA nº 08, de 03/09/2012, para os itens 3, 6, 7, 8, 15 e 16, referente a composição das pilhas e baterias ofertadas, de que respeitam os limites máximos de chumbo, cádmio e mercúrio admitidos na referida resolução, para cada tipo de produto.

8.33. Para o item 'manta balística', por se tratar de produto de uso controlado, as licitantes que propuserem o fornecimento de produtos nacionais ou nacionalizados deverão comprovar estar autorizadas pelo Exército Brasileiro (EB) para comercializar, representar e importar o produto no Brasil, cumprindo as exigências estabelecidas pelo DECRETO Nº 11.615, DE 21 DE JULHO DE 2023.

8.34. A licitante melhor classificada na fase de lances para o item 'manta balística' deverá apresentar, durante a fase de julgamento, os seguintes documentos:

8.34.1. Para empresa brasileira:

8.34.1.1. Comprovação de autorização de fabricação e comercialização, bem como o Relatório Técnico Experimental - RETEX (documentação emitida pelo Exército Brasileiro ou organismo de certificação de produto), devidamente apostilados ao TR (Título de Registro) ou CR (Certificado de Registro) ou relatório /certificado emitido de acordo com as disposições da Portaria nº 189-EME, de 18 de agosto de 2020.

8.34.2. Para empresa estrangeira:

8.34.2.1. Comprovante ou declaração de que o equipamento já foi testado, aprovado e que possui autorização para sua comercialização, na forma da legislação interna do país de origem, tanto para empresa brasileira quanto para empresas estrangeiras com subsidiária, ou filial, ou agência, ou escritório, ou estabelecimento, ou agente, ou representante no Brasil.

8.34.3. Toda documentação deverá ser entregue em sua totalidade, sem supressão de páginas.

8.35. Outras declarações para licitantes estrangeiros, as quais serão atendidas mediante documentos equivalentes, tanto quanto possíveis, observado o disposto na Convenção sobre a Eliminação da Exigência de Legalização de Documentos Públicos Estrangeiros:

8.35.1. Os itens da habilitação que não puderem ser atendidos pelos licitantes estrangeiros por força de legislação específica ou que não apresentarem equivalência em relação à legislação brasileira deverão constar em declaração da empresa informando a impossibilidade de atendimento aos mesmos, conforme modelo constante no Anexo I D - Declaração Impossibilidade Doc. Habilitação.

8.35.2. Para fins de habilitação, todos os documentos originários do exterior, quando redigido em língua estrangeira, deverão ser acompanhados de tradução livre, para português do Brasil.

8.36. O licitante nacional deverá apresentar DECLARAÇÃO que possui ou que providenciará o Certificado de Regularidade do fabricante para os itens cuja atividade de fabricação ou industrialização seja enquadrada no Anexo I, da Instrução Normativa IBAMA nº 13, de 23 de agosto de 2021, ou que, anteriormente a contratação, apresentará documentação que comprove a inaplicabilidade da legislação ao produto fornecido ou a condição empresarial da licitante.

8.36.1. A Declaração também se aplica aos concorrentes que optarem pela importação do produto ou para os concorrentes de origem estrangeira, desde que no país de origem do produto exista certificação equivalente àquela requerida para os licitantes nacionais, ou caso não haja, declaração que ateste a inexistência de tal documentação.

9. Estimativas do Valor da Contratação

Valor (R\$): 129.559,98

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O custo estimado total da contratação é de **R\$ 129.559,98 (cento e vinte e nove mil e quinhentos e cinquenta e nove reais e noventa e oito centavos)** conforme custos unitários apostos na tabela do tópico 1.

9.2. A estimativa de custo levou em consideração o risco envolvido na contratação e sua alocação entre contratante e contratado, conforme especificado na matriz de risco constante do Contrato

9.3. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações (art. 25 do Decreto nº 11.462/2023):

9.3.1. em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

9.3.2. em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

9.3.3. serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou

9.3.4. poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

9.4.. Caso o preço final homologado registrado na Ata da licitação considere qualquer tipo de benefício tributário em face de previsão legal ou de situação específica do órgão gerenciador da licitação, que não possa ser aproveitado pelos órgãos participantes ou aderentes, ou estes possuam situações específicas previstas em lei que permitam ao fornecedor o direito a benefício fiscal não considerado na proposta, o referido preço final poderá ser ajustado, em comum acordo entre fornecedor e órgãos participantes ou aderentes, no montante do benefício tributário.

10. Adequação orçamentária

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. A indicação da dotação orçamentária fica postergada para o momento da assinatura do contrato ou instrumento equivalente.

10.2. Integram este Termo de Referência, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

10.2.1. Anexo I A - Especificação Técnica;

10.2.2. Anexo I B - Modelo de Proposta Nacional;

10.2.3. Anexo I C - Declaração Impossibilidade Doc. Habilitação

10.2.4. Anexo I D - Modelo de Proposta - Equipamento Estrangeiro

10.2.5. Anexo I E - Equalização de Proposta Internacional

10.2.6. Anexo I F - Modelo de Declaração obrigatória p/Lic. Est.

11. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

JOAO HENRIQUE VALOIS BOTELHO

Integrante Requisitante



Assinou eletronicamente em 21/05/2026 às 12:58:39.

LEONARDO DORMEA MANSO MURAJIRO

Integrante Técnico



Assinou eletronicamente em 21/05/2026 às 15:33:37.

VICTOR FELLYX MORAIS ARAUJO

Integrante Técnico

FERNANDA PATRICIA ALVES SANTANA

Integrante Administrativo